

Faça um programa de vida
Invista sua poupança em ações



bolsa hoje
Todos os dias no
Caderno de Negócios

privatização, a única saída

logo colocada em prática, o País pode cair, mais uma vez, no cerco do FMI (Fundo Monetário Internacional), e até mesmo sofrer novamente um outro golpe de Estado.

Aos 73 anos, o economista concorda com a tese do jurista Raymundo Faoro. Um novo golpe, como o de 64, seria inverossímil, mas nada retira do cenário atual a possibilidade de o País voltar ao regime ditatorial, só que ao estilo do golpe de 37. Ele lamenta que a

esquerda brasileira demore tanto a se manifestar sobre assuntos extremamente importantes, como o recente cerco dos tanques militares às refinarias de petróleo.

Em seu tranqüilo apartamento em Laranjeiras, no Rio de Janeiro, o ex-chefe do departamento econômico do BNDES — no período do Governo Juscelino Kubitschek até o de João Goulart — considera que o Governo Sarney tem se mostrado pouco seguro diante de situações que necessi-

tavam de atitudes extremamente firmes. Ele critica a moratória — “uma opção muito pobre” — e afirma que os interlocutores oficiais da dívida externa estão colocando o País em uma situação tão delicada. “O melhor”, sugere Rangel, “seria o Brasil tentar inverter a atual posição de devedor”. Uma alternativa para que este quadro fosse invertido seria, na sua opinião, estatizar o comércio exterior para que o País possa aumentar o intercâmbio com mercados com que tem superávits.

Porém, na sua opinião, o Brasil seria a iniciativa privada, tanto nacional como a multinacional, poder ter acesso à administração de alguns serviços públicos, considerados verdadeiros ônus da União. “Não é questão de ineficiência”, explica o economista, frisando que já se trata de uma redefinição dos papéis do Estado e da iniciativa privada.

outros grupos de atividades não investiram na mesma proporção. E estes grupos passaram a ser retardatários em relação ao conjunto. Houve o crescimento da indústria leve, depois da pesada. Mas chegamos a um ponto em que é realmente necessário melhorar os serviços de utilidade pública: serviços como os transportes públicos, energia elétrica...

JC — Sem contar que, além da falta de investimentos do Estado, neste segmento, a cada ano, estes serviços públicos estão se mostrando mais deficitários, não?

Ignácio Rangel — Mas este quadro não foi sempre assim. Quando começou a industrialização no País, havia um excedente de capacidade em duas áreas: na exportação de produtos primários, como café e cacau; e nos serviços de utilidade pública, a exemplo das companhias elétricas, dos bondes... Só depois, quando a economia foi se desenvolvendo e estes setores foram ficando retardatários, é que eles se tornaram deficientes. Nós forçamos a barra para que, bem ou mal, estes serviços atendessem o crescimento da economia. No início, estes serviços foram organizados como serviços públicos concedidos a empresas privadas estrangeiras. Depois, foram transformados em serviços públicos de administração direta do Estado. Alguns até já eram, como as companhias elétricas de alguns Estados, a exemplo do Rio Grande do Sul, criadas antes mesmo da Eletrobrás. Já nos anos 50, lançamos as bases para transformá-los em serviços públicos concedidos a empresas públicas, como a Eletrobrás, por exemplo. Um grande paradoxo.

JC — E muitos dos empréstimos externos serviram para pagar os investimentos pesados nestes setor estatal, não?

Ignácio Rangel — É ai que eu quero chegar. Para fazer Itaipu,

toda esta produção. Os investimentos precisam ser feitos nos serviços de utilidade pública. Só que estes estão organizados como concessões a empresas públicas.

JC — O sr. acha então, que é preciso privatizar parte destes serviços?

Ignácio Rangel — Exatamente. Mas privatizar é algo muito difícil. Afinal, a minha geração educou os jovens que a solução era o Estado.

Então, a solução deste problema estava na União: a Petrobrás, a Eletrobrás e outras eram exemplo bem-sucedidos. Agora, entretanto, nós tropeçamos no êxito de nosso trabalho. Hoje, quando falo para os jovens que é preciso privatizar, eles olham para mim e pensam: “Será que o velho ficou maluco?”. Afinal, a minha geração ensinou que a solução para estes serviços estava no Estado. E como se pode fazer a privatização? Sei que é difícil mas reconheço também que é preciso fazer logo.

JC — Isto vem confirmar, então, uma crítica de que o Estado é um mau empresário e sua administração é ineficiente?

Ignácio Rangel — Não. A questão é outra. O Estado poderá transferir ao setor privado certas atividades e adquirir outras. De qualquer maneira, há um setor público agora, como teve ontem e ainda terá amanhã. Não é um problema de ineficiência do Estado. Muito pelo contrário. O Estado foi eficiente. Um Estado que fez, por exemplo, a Eletrobrás, é de muito valor. Não há nada igual no mundo. Onde está a ineficiência? O que é preciso alterar é apenas o esquema da intervenção do Estado na economia. Isto realmente é preciso mudar. Quando o Estado privatizar estes serviços de utilidade pública, então o próprio setor privado irá exigir que o Estado assuma outras responsabilidades. Vejo...

caixa, que são depois investidas em terras na Amazônia, por exemplo, enterrando o umbigo das multinacionais cada vez mais no Brasil. Portanto, quando digo que preciso privatizar os serviços, sugiro que se abra a oportunidade para esta sobra de caixa ser aplicada. É verdade que o Governo já está fazendo esta operação. Só que esta agindo encabuladamente. O Ministério dos Transportes, por exemplo, está interessado em privatizar a Ferrovia do Aço, abrir para a iniciativa privada a construção da Ferrovia da Produção.

exemplo, os tanques na rua estão lá na hora da greve. Mas estão lá na hora em que de quando o Ronaldo C... (presidente da UDR — Democrática Ruralista) blocas estradas e o Banco do... Então, como a esquerda não manifesta quanto a estas medidas as Forças Armadas vão a buscando apoio na direita, uma vez. E isto tem acontecido sempre. Nossas revoluções preparadas por homens de esquerda, mas são feitas por homens de direita.

JC — Mas o sr. acredita que o PMDB poderia ser em parte a solução, já que com tantas fraquezas, não tem aversão com eficiência e a agilidade necessária?

Ignácio Rangel — O Brasil reflete o clima geral do País. Temos medo de voltar a discutir o problema, tenho muito medo de a direita volte a se unir. Se hoje há uma diferença quanto a 1937 (pausa). Hoje há a liberdade de expressão. Eu estou falando tudo agora. Outro dia, em Paulo, falei sobre a revolução agrária.

JC — E quanto à atuação do PMDB na Nova República? O partido criticava os decretos e hoje, no Poder, nada fez para evitar que tantas matérias de absoluta importância fossem votadas pelo Congresso. O sr. analisa esta questão?

Ignácio Rangel — O problema é que o PMDB hoje não é o que era. Veja o caso da votação do regimento interno da Constituição por exemplo. O PFL também não decidiu. Por que? Enquanto decidia esta questão, as tropas estavam nas refinarias. Por que da greve? Não. Era para intervir. Hoje, acho que é perfeita oportunidade possível um golpe de Estado no Brasil. Não quero, de jeito nenhum que isto volte a acontecer.

“As inflações altas no Brasil coincidem com as fases recessivas”

JC — Por enquanto as privatizações continuam muito tímidas. Constam dos planos apenas realmente muito deficitárias, que nem o mercado quer absorver, não?

Ignácio Rangel — Mas por que estas empresas são deficitárias? Porque na tarifa de uma empresa entra como uma componente obrigatória o lucro legal, determinado em função da taxa de juros, pelo custo do capital no mercado. Mas acontece que se as tarifas forem muito altas porque ninguém iria conseguir pagar os custos reais. Não há tarifa que suporte estes níveis de taxas de juros que estão aí.

JC — Mudando um pouco de assunto. Qual a análise que o sr. faz do Plano Cruzado: de sua primeira fase aplaudida pela

tarifa...
parte...
veis...
que...
i”

do atual...
dias con...
economistas...
advertem...
endo à por...
— O ciclo...
lancamente a...
4. Livemos...
da de nossa...
meados de...
subir, mas...
fôlego.

...dos anos de... não conse... de produçã... conquis... ainda há... isto é ig... processo de... com os... E aí, a... impulso... ser que esta... série de... hipótese. A... é uma in... um aciden... o impul... economia... nesta hipó...

...tem visto... economia... Antes disto, é... cada um des... setor da ec... além... comporta, e...

...a indústria... não temos... indústria... que está aí... tenha... comprar mais... ruas que... tráfego. Foi... o setor de... Então... economia está... O País... produção in... e nem... de 1980... indus... capacidade... os in... a ser...

...depois do Plano... de incertezas... assustar o em... que os inves... em 87 ou a... quadro reces... mais?

... — Pois é... que estavam... puxando a... todo de... todo de... recessão, o... É impor... volta só... impressionante... br... Não há o que... altas no... as fases... economia sai... cai. Para... é que é mais...

...omia estava... desenvol... o setor de... Só que os...

por exemplo, não seria possível apenas com o Governo pingando recursos um pouco este ano, e outro tanto no próximo ano. Assim não se construiria estas obras jamais, porque era preciso concentrar uma massa de recursos muito grande em um só momento. E qual foi a saída? Tomar dinheiro emprestado no mercado, mas com o comprometimento de pagar tudo isto no futuro. Para conseguir pagar só há duas alternativas: ou pelas tarifas e com os recursos fiscais. Então fomos comprometendo estes recursos imprudentemente. Até chegar o momento que ninguém leya mais a sério o aval do Governo brasileiro, pois as receitas fiscais futuras foram todas comprometidas. E aí, se explica quase toda esta crise atual.

JC — Sem contar que as tarifas públicas se mantiveram praticamente congeladas durante vários Governos, com aumentos bem menores do que o resto da economia.

Ignácio Rangel — Isto porque não há tarifa que comporte a taxa de juro que está aí. Chega a um momento em que o Congresso se reúne para discutir o orçamento e não há mais nada a discutir. Os recursos, quaisquer que forem eles, já estão comprometidos, seja com o funcionalismo ou para atender à União. Como não é possível apenas com o orçamento previsto, a saída é pedir ainda mais empréstimos, que tomam o lugar do primeiro. Então, a taxa de juro da dívida externa que era de 3% no início, chega a mais de 21%. Onde está o problema? O problema é que ninguém leva mais a sério a garantia da União. Com a atual crise nota-se que vão faltar energia elétrica, mais estradas, etc... Por tanto, é mesmo urgente que se invista pesadamente nestes serviços.

JC — Os empresários têm insistido várias vezes que, apesar de todos os investimentos estatais nestes serviços, nunca houve um planejamento de longo prazo. Primeiro, houve uma tendência para desenvolver a indústria da base, depois veio o setor de energia elétrica e, mais tarde, os investimentos voltados para a rede de transportes. A queixa geral é de que falta um "Projeto Brasil". O sr. concorda com esta crítica?

Ignácio Rangel — Não. Acho que no Brasil é preciso pensar mesmo a curto prazo. Um plano verdadeiro ainda está fora do nosso alcance. Na verdade, esta não é a principal queixa dos empresários. O problema crucial é que ele, em sua área, não tem onde investir. É possível imaginar, por exemplo, a indústria automobilística investindo na abertura de outra nova fábrica? Não há mercado para

bilidades. Vai haver uma reorganização. Certas atividades que são estatais hoje passarão a ser privadas e outras serão públicas, depois de terem sido anos administradas pelo setor privado. Haverá uma troca.

"Primeiro, eu acho importante que se faça uma auditoria nesta dívida"

JC — O sr. poderia dar um exemplo?

Ignácio Rangel — O comércio exterior, por exemplo. É a única área que considero ser obrigatório ter um bom planejamento. Estamos vendo agora a Arábia Saudita dizendo que não vai mais fornecer petróleo, sem a garantia de um banco de primeira linha. E este mercado é fornecedor de cerca de 20% do petróleo que consumimos. Isto é muito grave. Não é só dizer que depois se consegue outro fornecedor. Qualquer outro mercado, caso não exija o aval de banco de primeira linha, pedirá alguma coisa em troca. O país pode exigir por exemplo que o Brasil se comprometa a pagar com seus produtos. Isto significa que o comércio exterior precisa ser planejado e, portanto, necessita ser estatizado. No momento então, em que certas áreas forem privatizadas, será preciso estatizar outras. Sei que a esquerda pode ouvir isto e pensar que fiquei maluco, já que ensinei outra teoria. Mas, por outro lado, Roberto Campos e Delfim Netto podem até achar que estou certo em querer privatizar certos serviços, mas, ao mesmo tempo, não estariam de acordo com a minha proposta de estatizar o comércio exterior. Poderíamos comprar petróleo da União Soviética. Para cada US\$ 100 que exportamos para este mercado, só importamos US\$ 14. Então, é preciso utilizar melhor estes superávits.

JC — O sr. crê que as indústrias privadas teriam interesse em investir nos serviços públicos?

Ignácio Rangel — Acho que sim. Veja, por exemplo, as empresas estrangeiras. Elas vendem seus produtos aqui e depois ficam com sobra de caixa em cruzados. Só, que para remeter os lucros para a matriz no exterior os cruzados são convertidos em moeda forte, em dólares. Neste momento, o mercado brasileiro não oferece opções. E no fim, há sobras enormes de

sociedade civil, principalmente pelos fiscais do Sarney de sua segunda fase, logo após as eleições, de inegável insucesso popular; e finalmente desta terceira fase?

Ignácio Rangel — Em primeiro lugar, nunca fui completamente favorável ao plano Cruzado. Sabia que parte da inflação brasileira tinha um caráter inercial e até mesmo com certas medidas administrativas poderia se estancar temporariamente a inflação. Mas, quando encontrei o ministro da Fazenda — fui debatedor de um de seus discursos, em julho, em Brasília — avisei a ele que o Plano não poderia servir por muito tempo. Eu disse "Olha, o tempo está passando!" Para mim, já naquela época, cinco meses eram um bom tempo para as medidas que tinham sido tomadas. Eu pensava que já era hora de fazer estas medidas que estou explicando agora. Privatizar os serviços de utilidade pública. Porque, só assim o empresário privado terá uma nova opção de investimento. Agora, não se pode imaginar que o Antunes (Azeredo Antunes, presidente do grupo Caemi) vá querer construir a Ferrovia do Aço com dinheiro dele. Ele vai investir com seu capital, mas quando oferecer no mercado uma boa garantia — com o aval do Estado, em troca da hipoteca de seus bens, conseguirá dinheiro barato.

JC — E em caso de inadimplência, o Governo poderá confiscar estes bens do empresário privado?

Ignácio Rangel — Justamente. O Governo poderá tomar a concessão, os bens e depois oferecer a quem oferecer mais.

JC — Voltando ao Plano Cruzado, o sr. acha que o plano falhou?

Ignácio Rangel — Não. O problema é que a situação estava ali e as soluções ainda não estavam amadurecidas. Hoje, o que me preocupa é que estas mudanças são feitas "à galega". Lembro-me, por exemplo, do golpe de 1937, há 50 anos. Estava convencido que iríamos ter uma revolução fascista e eu seria fuzilado. Só depois percebi que o Governo Vargas estava fazendo coisas que eu estava inteiramente de acordo. Tenho medo que venha um novo golpe. O Governo não vai a público e diz que vai privatizar os serviços públicos. Ele sabe que o PMDB se revoltaria todo contra ele.

JC — O sr. acha então que o Governo Sarney tem se mostrado muito indeciso em questões absolutamente prioritárias?

Ignácio Rangel — Tenho muito medo desta indecisão. No fim, nós vamos dar espaço para os golpistas, como em 1937, perdendo nossa liberdade. Veja, por

tenho muito medo. Mas poderíamos evitá-lo? Só não fazendo e estudando medidas para o problema a termos vivendo.

JC — A moratória de medida acertada, na sua opinião?

Ignácio Rangel — Acho uma medida ineficaz. A Auditoria, por exemplo, não vai vender ao Brasil. É a pior opção. Como se chegou ao fundo do caixa havia mais recursos, a solução não é vender mais. Só, que ao fazer isto, o Brasil em uma posição de debilidade se expõe em uma posição de fraqueza. No fim, se a auditoria não é uma solução nacional, dando à GE ou à Volkswagen a concessão dos serviços públicos, do que o FMI diz que nós deveremos fazer ou bem verdade que chegou o momento em que poderá ser perigo entregar estes serviços a empresas estrangeiras. Pode ser. Mas qual é a alternativa? Deixar o Fundo Monetário Nacional gerir a economia brasileira? É claro que a solução será só em certos setores não em todos. Como uma liberdade vigiada.

JC — Recentemente o ministro Dilsom Funaro pediu o adiamento de mais de 90 dias para o pagamento dos créditos de curto prazo. O sr. acha que este prazo será aceito? Ignácio Rangel — Acho que isto é um ato de irresponsabilidade. O Governo Sarney tem tido nenhuma atitude audaz. O melhor caminho é realmente a privatização. Mas aí a indústria de bens de consumo nacional irá receber encorajamento das empresas privadas que sumirem os serviços públicos.

JC — Só que a privatização irá gerar os dólares necessários para pagar a dívida externa?

Ignácio Rangel — Mas iríamos cruzados e maiores encontros para a indústria nacional. Não contar que podemos aproveitar os superávits que temos com importantes mercados, como o exemplo da União Soviética, explorando novos mercados, obter superávits com estes países, então poderemos pagar mais aos Estados Unidos e à Europa. A indústria norte-americana depende do mercado brasileiro que esta situação pode ser evitada. Quando a indústria nacional começar a abastecer com eficiência toda a demanda, a indústria norte-americana irá perceber que perdeu o mercado brasileiro e eles é que terão interesse em ser como parceiros. Só que com as atuais taxas de juros, não com os prazos que eles quissem. Aí, será a nossa vez.

